



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Processo nº: 800/2016-e.

Interessado: Distrital Médico Hospitalar Ltda.

Assunto: Representação

Ementa:

- Representação redigida pela empresa Distrital Médico Hospitalar Ltda., por meio da qual relata que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF publicou o Edital do Pregão Eletrônico (PE) n.º 275/2015, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos hospitalares (autoclaves, lavadoras esterilizadoras, lavadoras sanitizadoras, termodes infectoras, secadores, seladoras), com supostas nulidades, pois teria contemplado exigência que restringiu indevidamente o caráter competitivo do certame;
- **Fase atual:** Análise da admissibilidade. A Unidade Técnica pugna pelo conhecimento da representação, deliberação acerca da medida cautelar e manifestação da Jurisdiciona e da empresa TEKNA Tecnologia em Manutenções Ltda;
- **VOTO** convergente.

RELATÓRIO

Tratam os autos de representação redigida pela empresa Distrital Médico Hospitalar Ltda., por meio da qual relata que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF publicou o Edital do Pregão Eletrônico (PE) n.º 275/2015, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos hospitalares (autoclaves, lavadoras esterilizadoras, lavadoras sanitizadoras, termodes infectoras, secadores e seladoras), com supostas nulidades, pois teria contemplado exigência que restringiu indevidamente o caráter competitivo do certame (e-DOC 69E7BB07-c).

2. Em resumo, a representante descreve que, na condução do certame, a SES/DF cometeu as seguintes falhas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

- i. ilegalidade na exigência de atestados de capacidade técnica correspondentes a um quantitativo mínimo de 50% de **todos** os equipamentos cuja manutenção é licitada;
 - ii. ilegalidade pelo não parcelamento do objeto;
 - iii. impossibilidade de formação de consórcio como forma adicional de restringir a competitividade da licitação;
 - iv. ausência de fundamentação na decisão do pregoeiro que inabilitou a representante, tendo em vista que sua experiência anterior é similar às parcelas mais relevantes e significativas do objeto licitado;
 - v. necessidade de realização de diligências em relação ao faturamento da representada TEKNA, primeira colocada no evento licitatório, para assegurar que, efetivamente, faria jus ao benefício do art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;
 - vi. impossibilidade de concessão do benefício da comprovação extemporânea de regularidade no que se refere a dívidas previdenciárias.
3. Foi juntada a Informação n.º 04/2016 – 2ª DIACOMP (e-DOC 75E2C4C1-e) versando sobre o exame de admissibilidade da representação, contendo as seguintes considerações:

ADMISSIBILIDADE DE REPRESENTAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO	
Representante:	<i>Distrital Médico Hospitalar LTDA.</i>
Teor da Representação:	<ol style="list-style-type: none">1. <i>Mediante a Representação, a empresa aponta que a SES publicou o Edital de Licitação, relativo ao Pregão n.º 275/2015, com supostas nulidades, tendo em vista que teria contemplado exigência que restringiu indevidamente o caráter competitivo do certame.</i>2. <i>A exigência alegada diz respeito à necessidade de comprovar capacidade técnica relativa a todos os itens do edital e não apenas a suas parcelas mais relevantes, as quais, no entendimento da representante, deveriam ter sido previamente indicadas.</i>3. <i>Ademais, apontou supostas irregularidades como: (i) não parcelamento do objeto; (ii) impossibilidade de formação de consórcios; (iii) impossibilidade de concessão do benefício da comprovação extemporânea de regularidade no que se refere a dívidas previdenciárias.</i>4. <i>A representante alegou, ainda, que teria sido inabilitada de forma</i>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO	
	<p><i>indevida, já que teria comprovado adequadamente experiência prévia com as parcelas mais relevantes do objeto licitado.</i></p> <p>5. <i>Seguiu alegando que o julgamento de recurso administrativo impetrado junto à Comissão teria se dado com violação ao devido processo legal, já que a Comissão teria se omitido em relação à maior parte das matérias alegadas, prosseguindo com o certame sem fundamentação adequada sobre a inconformidade manifestada pela representante.</i></p> <p>6. <i>Na sequência, apontou a suposta necessidade de realização de diligências junto à empresa vencedora, Tekna Tecnologia em Manutenções Ltda.-EPP, para assegurar que o faturamento desta seja compatível com o benefício assegurado pelo § 1º do artigo 43 da Lei Complementar n.º 123/2006. Registra-se que a representante foi a vencedora original do certame, porém, cedeu lugar à Tekna por ter sido inabilitada pela Comissão.</i></p> <p>7. <i>Como forma de validar o entendimento proposto, a representante citou diversos julgados do TCDF e TCU.</i></p> <p>8. <i>Ao final, a Representação apresenta os seguintes pedidos:</i></p> <p><i>“a) Seja concedida a liminar à Representante, nos termos dos arts. 84, inciso VIII, e 198, ambos do Regimento Interno do TCDF, determinando-se a suspensão imediata do Pregão Eletrônico n.º 275/2015 da SES/DF, com a paralisação de quaisquer atos tendentes à assinatura de Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo, ou, ainda, de início e/ou continuidade da execução de serviços e pagamentos, até o julgamento final da representação.</i></p> <p><i>b) ao final, julgue procedente a presente Representação, declarando a ilegalidade da condução do Pregão Eletrônico n.º 275/2015 da SES/DF, determinando a impossibilidade de continuidade da contratação da Representada Tekna Tecnologia em Manutenções Ltda.-EPP, a nulidade de todos os atos até aqui praticados, e que a SES/DF adote as medidas corretivas dessas ilicitudes, nos termos do art. 3º, inciso VII, e do art. 171, ambos do Regimento Interno do TCDF.”</i></p>

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
<i>Todos os legitimados devem atender aos seguintes requisitos:</i>	S/N/NA	Observação:
<i>2.2.1 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 1º do art. 195 do RI/TCDF)?</i>	<i>SIM</i>	-
<i>2.2.2 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 1º do art. 195 do RI/TCDF)?</i>	<i>SIM</i>	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
2.2.3 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada (inciso III do § 1º do art. 195 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.2.4 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 1º do art. 195 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.2.5 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados?	SIM	-

3. ANÁLISE		
Requisitos	S/N/NA	Motivação para Negativa da Admissibilidade
3.1 - O Representante é legitimado?	SIM	-
3.2 - A Representação atende a todos os requisitos de admissibilidade?	SIM	-
3.3 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 6º do art. 195?	SIM	
3.4 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 198 do RITCDF?	SIM	-

4. CONCLUSÃO DESCRITIVA
<ol style="list-style-type: none"> 1. A Representação aponta possíveis nulidades em procedimento licitatório (Pregão n.º 275/2015) no que tange à restrição da competitividade imposta pelo Edital, além de supostas irregularidades relativas ao julgamento de recurso, impossibilidade de formação de consórcio e impossibilidade de concessão do benefício da comprovação extemporânea de regularidade no que se refere a dívidas previdenciárias. 2. A referida peça preenche os requisitos de admissibilidade, podendo ser conhecida pelo e. Plenário. Além do conhecimento, propomos que a Corte delibere acerca da medida cautelar, bem como que abra prazo para manifestação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e da empresa Tekna Tecnologia em Manutenções Ltda.-EPP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

4. Por fim, a unidade técnica pugna pelo (i) conhecimento da representação, (ii) deliberação acerca da medida cautelar e (iii) manifestação da Jurisdiciona e da empresa TEKNA Tecnologia em Manutenções Ltda.
5. É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

VOTO

6. Tratam os autos de representação redigida pela empresa Distrital Médico Hospitalar Ltda., por meio da qual relata que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF publicou o Edital do Pregão Eletrônico (PE) n.º 275/2015, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos hospitalares (autoclaves, lavadoras esterilizadoras, lavadoras sanitizadoras, termodes infectoras, secadores e seladoras), com supostas nulidades, pois teria contemplado exigência que restringiu indevidamente o caráter competitivo do certame (e-DOC 69E7BB07-c).

7. Nesta fase, examina-se a admissibilidade da Representação, nos termos do art. 195 do RI/TCDF.

8. Ao examinar a admissibilidade da peça inaugural, a unidade técnica entendeu estarem preenchidos os requisitos do §1º do art. 195 do RI/TCDF, sugerindo (i) o conhecimento da representação e (ii) a abertura do contraditório à jurisdicionada e ao terceiro interessado, cabendo à Corte deliberar sobre a cautelar requerida (e-DOC 75E2C4C1-e).

9. Compulsando os autos, observo serem acertadas as conclusões do corpo técnico, vez que, de fato, a exordial atende ao disposto nos incisos do §1º do art. 195 do RI/TCDF.

10. Admitida a representação, passo ao exame do pedido cautelar de suspensão do certame.

11. Dispõe o art. 198 do RI/TCDF:

Art. 198. O Relator poderá submeter ao Tribunal medida cautelar necessária à proteção do erário ou patrimônio público, no caso de possibilidade de dano de incerta reparação, ou, ainda, destinada a garantir a eficácia da ulterior decisão do feito.

12. Para concessão de medidas cautelares, exige-se a presença da *fumus boni iuris e periculum in mora*. Assim, deve ser demonstrada a plausibilidade do direito reclamado e a possibilidade de seu perecimento, caso não seja adotada a medida de urgência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

13. Entendo que a exigência prevista no inciso I, do item 7.2.1, do Edital do PE 275/2015¹, arguida pela representante como hipótese de sua inabilitação, deve ser esclarecida pela SES/DF, pois, a princípio, a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes está vinculada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, conforme jurisprudência predominante desta Corte de Contas: Decisões nºs 4777/2014, 4362/2014, 3394/2014, 2745/2014, 2742/2014, 1294/2014, 958/2014, 911/2014, 4281/2013, 6161/2010 e Decisão Normativa nº 2/2003.

14. Da mesma forma, nos termos da Decisão Normativa nº 02/2012, deve a SES/DF carrear aos autos a justificativa referente ao não parcelamento do objeto licitado, pois “verificada a divisibilidade material do objeto a ser licitado, cabe ao administrador, caso não o parcele em itens ou licitações distintas, demonstrar previamente e no processo administrativo da licitação, a ausência das circunstâncias previstas no art. 23, §1º da Lei nº 8.666/93”.

15. Eis o teor do citado dispositivo licitatório:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração **serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.**

16. Por outro lado, a representante levanta suspeita de que a representada TEKNA não é detentora da condição de ME/EPP e, conseqüentemente, não poderia fazer jus ao benefício previsto no art. 43 da LC 123/2006², no sentido de demonstrar sua regularidade fiscal no prazo de 05 dias

¹ 7.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Comprovação de aptidão, por intermédio da apresentação de **Atestado (s) de Capacidade Técnico-Operacional**, em nome da licitante, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa tenha desempenho de atividade pertinente e compatível em características, **quantidades (no mínimo, 50% do quantitativo total dos equipamentos licitados para manutenção)** e prazos com o objeto da licitação.

² Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

úteis após a declaração de sua vitória no certame, que, considerando a prorrogação prevista em lei, encerrou-se no dia 18/12/2015. Além disso, narra que consulta ao site da Receita Federal do Brasil em 15/01/2016 revelou que a representada não possuía a certidão negativa correspondente. Ora, havendo dúvidas quanto a esses pressupostos de habilitação da licitante, nada mais transparente e razoável do que a informação seja juntada aos autos.

17. Nesse contexto, verifico presente o indício do direito reclamado pela representante, bem como demonstrado o perigo da demora, haja vista as partes envolvidas estarem na iminência de assinar o contrato, ou mesmo no início da prestação dos serviços licitados. Ou seja, é patente o risco de que o controle exercido pelo poder fiscalizador seja frustrado ao final do procedimento administrativo.

18. Outrossim, observo que a Corte, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tem concedido a oportunidade para apresentação de contrarrazões por terceiros que possam ter seu interesse jurídico afetado pela decisão do recurso. Nessa linha, coloco em destaque a Decisão Normativa nº 03/2011, por meio da qual o Tribunal resolveu:

*Art. 1º Nos processos em curso no Tribunal de Contas do Distrito Federal, quando constatada alguma irregularidade cuja correção implique modificação ou desconstituição de ato administrativo ou **adoção de qualquer outra medida tendente a afetar interesse ou direito de terceiros, a instrução deverá sugerir, preliminarmente, a necessária audiência dos interessados, diretamente ou por intermédio do respectivo jurisdicionado, conforme o caso, com vistas ao cumprimento do preceituado no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.***

19. Logo, no concernente à medida cautelar requerida, em sede de juízo de cognição sumária, entendo que os elementos trazidos aos autos revelam a presença dos requisitos autorizadores da providência liminar.

20. Diante do exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal:

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

I. conheça da representação (e-DOC 69E7BB07-**c**), vez que atende aos requisitos constantes do art. 195, §1º, do RI/TCDF, alertando a representante de que ainda pende de análise o mérito da representação;

II. defira o pedido cautelar *inaudita altera pars*, determinado à SES/DF que paralise o certame na fase em que se encontra, abstendo-se de assinar o contrato, ou dar início à prestação dos serviços, até ulterior deliberação da Corte;

III. com fundamento no art. 195, § 6º, do RI/TCDF, determine à Jurisdicionada que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente os esclarecimentos acerca da representação em tela, juntando-se a documentação correspondente;

IV. notifique a empresa TEKNA Tecnologia em Manutenções Ltda. para, querendo, se manifestar sobre o teor da representação, no prazo de 5 (cinco) dias;

V. autorize:

- a) o encaminhamento de cópia da representação, da informação e do relatório/voto condutor da decisão a ser proferida por este Tribunal à Jurisdicionada e à empresa TEKNA Tecnologia em Manutenções Ltda., a fim de subsidiar o cumprimento dos itens III e IV;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins, com deliberação de prioridade na tramitação.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2016.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator